

Congresso quer criação de centro para ajudar imagem parlamentar

SCHEILA BERNADETE

O Congresso prepara uma ofensiva para modificar sua imagem. Na Câmara, já está sendo analisada a criação de um Centro de Estudos de Política e Opinião Pública. A proposta apresentada por um grupo de parlamentares será uma das novidades do novo Regimento Interno, a ser elaborado até o final de agosto. O objetivo é dar credibilidade e neutralizar campanhas difamatórias à instituição. "A idéia ressurge agora, em novo contexto político, caracterizada por uma avalanche de críticas ao Legislativo, desgastando a própria atividade política", justifica o deputado Prisco Viana (PPR-BA), relator da Comissão Especial do Regimento.

O conselho diretor do centro será integrado por representantes de todos os partidos na Câmara. Deverá se manifestar através dos meios de comunicação cada vez que a imagem do Legislativo ou a de um deputado seja atingida. Outro objetivo do CEOPI é o esclarecimento permanente do povo ao funcionamento da instituição, a função do parlamentar e a propagação das atividades legislativas. O deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) ex-procurador da Câmara e um dos autores da proposta, está convencido de que o "desconhecimento do trabalho e da importância do Congresso" é o principal responsável pelo ceticismo da população em torno dos políticos e por isto acredita na aprovação da proposta.

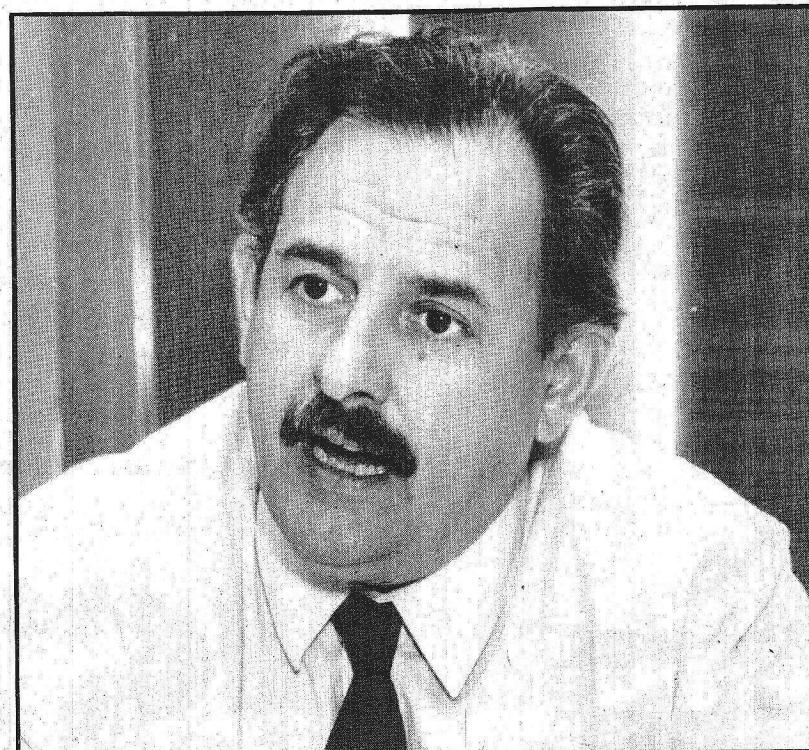
Já o senador Ruy Bacelar (PMDB-BA) admite que a falta de informação sobre a importância do Congresso é o calcanhar de Aquiles da democracia brasileira. "O desinteresse do povo debilita fortemente nossas instituições democráticas e o resultado é um verdadeiro abismo entre o eleitor e seus representantes". Ele defende a agilização da proposta que tramita no Senado, estabelecendo a divulgação dos trabalhos legislativos na televisão, a exemplo da Voz do Brasil. Pela matéria — já aprovada na Câmara — as emissoras de TV reservarão, gratuitamente, de segunda a sexta-feira, entre as 19 e 20 horas, 10 minutos das atividades dos congressistas, através de cadeia nacional.

A justificativa do autor do projeto, o ex-deputado José Tavares, é a de que muitos assuntos pertinentes ao Legislativo não são enfocados adequadamente pela mídia. As opiniões dos políticos têm, no entanto, divergências. O próprio ministro das Comunicações, Hugo



Prisco admite que a idéia ressurge como respostas às críticas

Arquivo



Jobim: voto de liderança não deve ser extinto, mas aprimorado

Arquivo

Napoleão (PFL-PI), não concorda com este tipo de análise. "Não se pode afirmar que a reprovação de atos do Congresso decorra exclusivamente da análise distorcida da imprensa". Ele também contesta a validade da divulgação, ao lembrar que os cinco minutos ao ar, na Constituinte, além do tédio causado pelas entrevistas, representou imensa disputa interna para a ocupação dos minutos que iam ser divulgados.

Como opção, o ministro, que foi relator do projeto antes de ser licenciado no Senado, apresentou um

substitutivo estabelecendo a obrigatoriedade somente para as emissoras públicas de televisão. Outro ministro que participou das discussões da matéria, o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, discorda de Napoleão. Ele entende que a divulgação dos trabalhos legislativos pode muitas vezes agir como defesa da honra dos parlamentares e da própria instituição, "muitas vezes injustiçados e enxovalhados por noticiários infundados". Por isto, Corrêa assegura ser favorável ao projeto nos moldes do aprovado na Câmara.